



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS

TERMO DE CONTRATO Nº 017/CAE-CISCEA/2020



11-MAR-2020 17:46 0002180 1/1

CISCEA PROTOCOLO 000

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA
IMPLANTAÇÃO DA VISUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO AÉREA DO SISTEMA
AVANÇADO DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES DE TRÁFEGO AÉREO E
RELATÓRIOS DE INTERESSE OPERACIONAL (SAGITÁRIO)

EMPRESA ATECH NEGÓCIOS EM TECNOLOGIA S.A.

PAG Nº 67106.011288/2019-59

SUMÁRIO

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO	2
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.....	2
3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO	2
4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	2
5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO	3
6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE	3
7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO	3
8. CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO.....	3
9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	3
10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	3
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO	3
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES.....	4
13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES	4
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	4
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO.....	5
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONFORMIDADE COM AS LEIS	5
17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS.	6
18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO	6
19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO.....	6
20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ANEXOS	6





MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 017/CAE-CISCEA/2020, QUE
FAZEM ENTRE SI A COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO
DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
E A ATECH NEGÓCIOS EM TECNOLOGIA S.A.**

A União, por intermédio da **Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA**, com sede na Avenida General Justo, no 160 - Prédio da CISCEA, na cidade do Rio de Janeiro / Estado RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.429/0133-50, neste ato representada pelo Ordenador de Despesas, Exmo. Sr. Maj Brig Eng FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS, CPF nº 662.127.587-00, nomeado para o cargo de Presidente da CISCEA pelo Decreto s/nº, de 20/11/2017, doravante denominada CONTRATANTE, e a **ATECH NEGÓCIOS EM TECNOLOGIAS S/A**, inscrita no CNPJ nº 11.262.624/0001-01, sediada na Rua do Rocio, nº 313 – 5º andar, Vila Olímpia, São Paulo-SP, CEP 04552-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Edson Carlos Mallaco, portador da Carteira de Identidade nº M1.574.780, expedida pela SSP/MG, e CPF nº 356.402.436-00, e Sra. Márcia de Almeida Fernandes, identidade nº 27.946.541-5, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 256.497.128-83, tendo em vista o que consta no **Processo nº 67106.011288/2019-59** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 003/CAE/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de contratação de serviços técnicos especializados para implantação da visualização da situação aérea do Sistema Avançado de Gerenciamento de Informações de Tráfego Aéreo e Relatórios de Interesse Operacional - SAGITÁRIO nos Centros de prestação de serviços de informação de voo em aeródromos, conforme especificações técnicas e quantidades constantes do Projeto Básico nº 000.00.T02.PB.004.00.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico nº 000.00.T02.PB.004.00, de 11 de novembro de 2019 da CISCEA, e à Proposta da ATECH NEGÓCIOS EM TECNOLOGIAS S/A nº 41010.00886/A, de 27 de setembro de 2019, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR TOTAL
1	Implantação da visualização da Situação Aérea do SAGITÁRIO nos Centros de Prestação de Serviço de Informação de voo em Aeródromos.	SV	1	R\$ 3.356.088,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 785 (setecentos e oitenta e cinco) dias, sendo 650 (seiscentos e cinquenta) dias para a execução, 15 (quinze) para o recebimento provisório, 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo e 30 (trinta) dias para o pagamento com início na data de 28/02/2020 e encerramento em 23/04/2022, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total de **R\$ 3.356.088,00** (três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e oitenta e oito reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para os exercícios de 2020 a 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/120127

Fonte: 0250120388

Programa de Trabalho: 05151205820XV0001

Projeto do PLANSET DECEA: ATM99049

Natureza de Despesa: 339040



PI: P0010030100

Nota de Empenho: 2020NE800797

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Projeto Básico.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico.

8. CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico, anexo deste Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo deste Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo deste Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo deste Contrato;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:



- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

14.1. Além dos requisitos de sustentabilidade ambiental previstos no Projeto Básico, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- 14.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 14.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- 14.1.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 14.1.4. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 14.1.5. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- 14.1.6. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, durante a fabricação dos itens que compõem o objeto, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA declara à CONTRATANTE que durante a prospecção do negócio objeto deste CONTRATO, não ofereceu, prometeu ou realizou qualquer pagamento indevido, nem ofereceu, prometeu ou concedeu qualquer vantagem indevida a qualquer pessoa (membro ou não do governo), com o propósito de: (i) influenciar o CONTRATANTE a selecionar a CONTRATADA como fornecedor dos produtos e/ou serviços objeto deste CONTRATO ou (ii) influenciar qualquer membro do governo ou representante do CONTRATANTE a agir ou a se omitir, com o objetivo de garantir vantagem comercial indevida no contexto deste CONTRATO. O descumprimento de quaisquer das declarações aqui descritas constitui motivo justificável para o término deste CONTRATO por qualquer das partes, nos termos da legislação.

15.2. A CONTRATANTE declara a CONTRATADA que: (i) não solicitou qualquer vantagem ou pagamento indevido de qualquer natureza ou espécie, em qualquer forma, por si, ou através de seus oficiais ou representantes, com o propósito expresso ou implícito de conceder a CONTRATADA ou a qualquer pessoa a ela associada, qualquer espécie de vantagem comercial com relação a este CONTRATO, (ii) não recebeu, nem seus oficiais ou representantes receberam, qualquer pagamento, vantagem, oferta ou promessa indevidos, da CONTRATADA ou de qualquer pessoa a ela associada (incluindo sem se limitar, os empregados da CONTRATADA, seus agentes e representantes em qualquer função) e (iii) o processo de seleção que culminou na assinatura deste CONTRATO, foi realizado em estrito cumprimento às leis de compras públicas vigentes no país e de acordo com os regulamentos e regras internas do CONTRATANTE, sem qualquer interferência indevida. O descumprimento de quaisquer das declarações aqui descritas constitui motivo justificável para o término deste CONTRATO por qualquer das partes, nos termos da legislação, mediante o ressarcimento a CONTRATADA conforme previsto em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONFORMIDADE COM AS LEIS

16.1. As Partes declaram que tem conhecimento e cumpriram e continuarão a cumprir a Lei nº 12.846/2013 - sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, todas as leis, decretos, regulamentos e regras internas que sejam aplicáveis a qualquer uma das Partes com relação às obrigações e atividades estabelecidas neste Contrato.

16.2. Cada Parte declara e garante à outra Parte que, em conexão com este CONTRATO (incluindo sua negociação, execução ou desempenho), não violará e, até onde for do seu conhecimento, não violou a "Legislação ABC".

16.3. "Legislação ABC" significa (a) a Convenção das Nações Unidas contra Corrupção (sendo o assunto da Resolução Geral 58/4); (b) a Convenção da OCDE sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais; (c) a Lei Norte-Americana de Práticas de Corrupção no Exterior (Foreign Corruption Bribery Act – FCPA), a Lei de Prevenção ao Suborno do Reino Unido (United Kingdom Bribery Act – UKBA), na sua versão atual; e (d) quaisquer leis e regulamentos de prevenção à lavagem de dinheiro aplicáveis em relação a uma Parte, e qualquer legislação promulgada no país em que essa Parte está incorporada ou onde realizará atividades relacionadas com este CONTRATO, que trata da prevenção à corrupção, por exemplo, a Lei Brasileira da Empresa Limpa.



16.4. Cada Parte concorda em elaborar, guardar e manter registros financeiros e livros precisos e detalhados sobre seu desempenho e pagamentos feitos em relação a este CONTRATO. Cada Parte deve elaborar e manter um sistema de controles contábeis internos suficientes para atender aos requisitos contábeis e satisfazer as leis do país onde está incorporada.

16.5. Cada Parte deve informar a outra Parte, na medida permitida pelas leis aplicáveis, de qualquer situação da qual tenha conhecimento, que possa resultar em violação desta cláusula de conformidade com as leis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS.

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - ANEXOS

20.1. Projeto Básico nº 000.00.T02.PB.004.00, de 11 de novembro de 2019.

20.2. Proposta da ATECH NEGÓCIOS EM TECNOLOGIAS S/A nº 41010.00886/A, de 27 de setembro de 2019.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2020.

CONTRATANTE:

Maj Brig Eng Fernando Cesar Perella Santos
Ordenador de Despesas da CISCEA

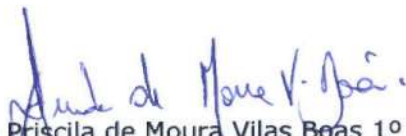


CONTRATADA:


Edson Carlos Mallaco
Representante Legal da Empresa


Márcia De Almeida Fernandes
Representante Legal da Empresa

TESTEMUNHAS:


Amanda Priscila de Moura Vilas Boas 1º Ten Int
Agente de Controle Interno


Marcelo Jorge Pessoa Cavalcante Ten Cel Av
Fiscalização





CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO
CT 017/CAE - CISCEA/2020 - ATECH
Serviços para Implantação da visualização da situação aérea do SAGITARIO no CINDACTA I, II, III e IV.

		valor R\$		
PRAZO	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	% ACUMULADO
		Ordem de Serviço Nº		
60	3.3.01	Parcela da Aprovação do Plano de Projeto (PP)	335.609,00	10%
85	3.3.02	Parcela da Aprovação do Plano de Treinamento	335.609,00	20%
95	3.3.03	Parcela da Aprovação do Projeto Executivo de Implantação # 1	167.804,00	25%
145	3.3.04	Parcela da Aprovação do Relatório dos Testes de Aceitação em Fábrica (STR)	671.218,00	45%
220	3.3.05	Parcela da Aprovação dos Testes Operacionais em Campo (SAT) da Implantação # 01	335.609,00	55%
240	3.3.06	Parcela da Aprovação do Projeto Executivo de Implantação # 2	167.804,00	60%
365	3.3.07	Parcela da Aprovação dos Testes Operacionais em Campo (SAT) da Implantação # 02	335.609,00	70%
385	3.3.08	Parcela da Aprovação do Projeto Executivo de Implantação # 3	167.804,00	75%
510	3.3.09	Parcela da Aprovação dos Testes Operacionais em Campo (SAT) da Implantação # 03	335.609,00	85%
520	3.3.10	Parcela da Aprovação do Projeto Executivo de Implantação # 4	167.804,00	90%
645	3.3.11	Parcela da Aprovação dos Testes Operacionais em Campo (SAT) da Implantação # 04	335.609,00	100%
650	3.3.12	Parcela da Aprovação da Documentação Definitiva da Implantação #04	-	100%
TOTAL GERAL			3.356.088,00	3.356.088,00

Obs: 1) Cronograma elaborado com base na Proposta Comercial ATECH.41010.00886/A, datada de 27/09/2019, aprovada pelo PT nº 000.13.T02.PT.029.00, datado de 10/10/2019.

2) Prazo de execução: 650 dias





MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/PR/2020

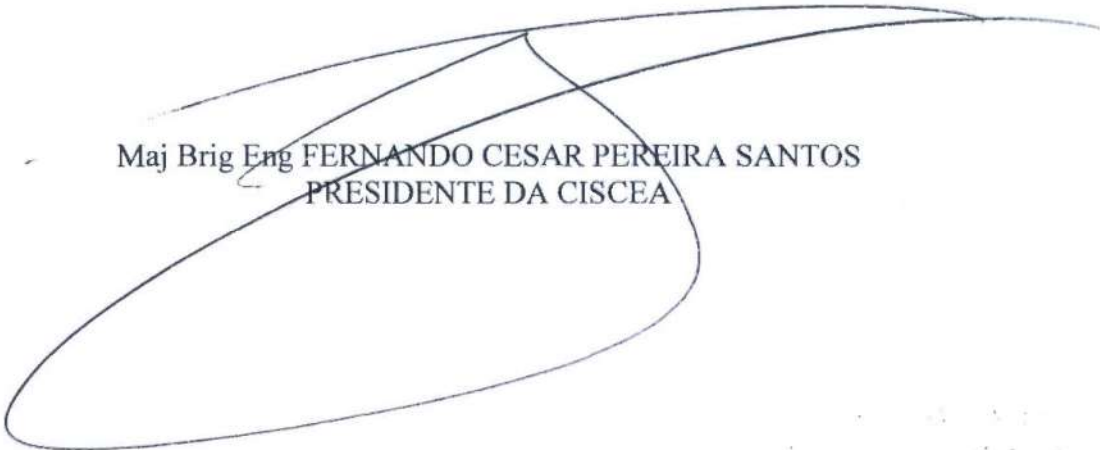
Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2020.

Do PRESIDENTE DA CISCEA

À ATECH NEGÓCIOS EM TECNOLOGIA S.A.

Ref.: CONTRATO DE DESPESA Nº 017/CAE-CISCEA/2020

1. Pelo presente instrumento, fica essa empresa autorizada a iniciar os serviços técnicos especializados para implantação da visualização da situação aérea do Sistema Avançado de Gerenciamento de Informações de Tráfego Aéreo e Relatórios de Interesse Operacional – SAGITÁRIO nos Centros de prestação de serviços de informação de voo em aeródromos, objeto do Contrato de Despesa nº 017/CAE-CISCEA/2020, a partir do dia 28/02/2020, data esta considerada para efeito de início do prazo de execução contratual.



Maj Brig Eng FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS
PRESIDENTE DA CISCEA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	CT 17_20 ATECH - TERMO DE CONTRATO
Data/Hora de Criação:	20/03/2020 09:39:45
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	75bea4a228d410d51152c9e7ddbef476
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1 Ten AMANDA PRISCILA DE MOURA VILAS BOAS no dia 20/03/2020 às 12:22:13 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Brig Ar SERGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR no dia 22/03/2020 às 03:34:49 no horário oficial de Brasília.